

02 fev 2006 / 00:00

Administração Pública: "trabalhadores perdem poder de compra pelo sétimo ano consecutivo"

Os cerca de 700 mil funcionários públicos e os mais de 360 mil pensionistas vão voltar a perder poder de compra em 2006, pelo sétimo ano consecutivo. O ministro das Finanças anunciou ontem aumentos de 1,5% para os salários, o valor mais baixo desde 2003, e subidas diferenciadas para as pensões entre 1,5% e 2,5% - justificando a proposta como "a possível", no actual quadro orçamental e de fraco desempenho da economia.

Se se confirmarem as previsões do Governo de 2,3% para a inflação de 2006, o aumento salarial fica 0,8 pontos percentuais abaixo, somando-se à perda poder de compra de quase 5 pontos percentuais que os funcionários acumulam desde 2000 (ver Info). Contas feitas, entre 2000 e 2006, a inflação aumentará 21,2% e os salários 15,45%, um diferencial que os sindicatos não aceitam (ver texto na página seguinte).

O Governo propõe, ainda, mais 2,3% para o subsídio de refeição (arredondado aos quatro euros) e 1,5% para outros abonos, como ajudas de custo e subsídios de transporte. (...)

Os sindicatos acusaram ontem o Governo de violar a Lei da negociação da Função Pública ao impor aumentos de 1,5% e prometeram reagir à decisão. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) garantiu, mesmo, que vai processar o Executivo por ter dado por encerradas as negociações.

"Carne para canhão"

Tal como as outras estruturas, também a Frente Comum, afecta à CGTP-IN e que tinha reivindicado um aumento de 5,5 %, acusou Teixeira dos Santos de "desrespeito" pela negociação e de usar os trabalhadores da Função Pública como "carne para canhão". "Este aumento vem agudizar ainda mais a perda de poder de compra" e é "mais um factor para agravar a conflitualidade" na Administração Pública, denunciou Paulo Trindade

A proposta de 1,5%, afirmou, revela que o Executivo mantém "uma postura de subserviência aos grandes interesses económicos". Questionado sobre possíveis forma de luta, remeteu uma decisão para Janeiro.

Jornal de Notícias, 29/12/2005